



20(1):5-8
jan./jun. 1995

EDITORIAL

Fenômeno político com manifestações avassaladoras de âmbito internacional, o neoliberalismo tem apresentado múltiplas faces, as quais, das mais arrojadas às moderadas, implicam sempre a perspectiva funesta de um cenário mundial em que ações de qualquer natureza sejam orientadas para o mercado. A educação é parte integrante deste projeto, de modo que, nas agendas neoliberais em andamento nas duas últimas décadas deste século, um espaço proeminente tem sido destinado às propostas educacionais. Embora a discussão sobre as consequências das estratégias neoliberais na educação venha ocupando, já há alguns anos, as pautas acadêmicas, profissionais e políticas em vários países, em nosso meio este debate apenas começou, e está a desafiar todos nós.

Marcado por uma retórica de apelo democrático, em cuja semântica e léxico os graves problemas sociais que acometem as nações nesse final de século convertem-se em equações solucionáveis no quadro de uma alquimia pragmática e

racional, o neoliberalismo se organiza sobre uma noção de sociedade justa e livre que parece ignorar o mundo de desigualdades crescentes e espetaculares gerado pelo desemprego em massa, a pobreza e a fome. Que justiça seria possível numa sociedade como essa, na perspectiva de um projeto em que as discrepâncias relacionadas ao capital econômico, cultural e relacional de diferentes grupos não são levadas em conta?

Mobilizada por essa e por outras tantas questões presentes nos cenários educacional e político brasileiro, e disposta a contribuir para a ampliação e o aprofundamento do debate sobre esse tema de atualidade e importância indiscutíveis, *Educação & Realidade* coloca em destaque, neste número, o tema *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*, apresentando artigos que, a partir de distintas realidades nacionais, analisam e interpretam as circunstâncias e as consequências de projetos neoliberais em educação.

Antonio Candeias, tendo como pano de fundo o atual momento da educação em Portugal, discute as políticas educativas mundiais de tendência neoliberal e neoconservadora — postas em prática a partir da década de oitenta — que ele reputa como tendentes a conceber a educação como fator de reprodução das relações sociais e de poder de uma sociedade hierarquicamente organizada. Opondo-se a essas políticas elitistas e utilitaristas, o autor invoca como parâmetro para suas reflexões uma concepção de educação edificada sobre o fortalecimento de saberes que contribuiriam para ver e analisar a vida, discutir valores e normas éticas e morais, perscrutar interessadamente o mundo que nos rodeia e compreender os valores técnicos e humanos que o orientam. O artigo de Pablo Gentili, entre outras questões, nos alerta em relação às leituras simplistas do neoliberalismo que o interpretam como o recrudescimento de antigas formas de dominação. O autor chama a atenção, justamente, para a presença da “lógica de continuidade e ruptura que caracteriza as formas históricas de dominação nas sociedades capitalistas” e que faz do neoliberalismo um projeto de classe que atualiza e reproduz velhos formatos do poder (como a ideologia meritocrática), ao mesmo tempo em que promove reformas radicais em vários campos do social. João dos Reis Silva Júnior, por sua vez, comenta a adesão do Brasil aos princípios do novo reordenamento mundial, cuja base, assentada na ciência e no conhecimento enquanto meio de produção, parece virtualmente estimuladora de uma aproximação entre a educação e o processo produtivo e, dados os interesses e a desigualdade das forças em jogo nestas duas esferas, isto pode significar condicionamento e determinação da educação pelas forças dos setores produtivos. Completando este conjunto de textos, o ensaio de Julia Varela, ao analisar a lei que rege o sistema educativo espanhol desde 1970, norteando uma reforma que tem lugar em tempos de aplicação das assim chamadas “novas tecnologias”, de declínio do “socialismo real” e de crise do “estado do bem-estar”, questiona os interesses a que ela serve, o tipo de cultura que privilegia, os grupos sociais que beneficia e as identidades e modos de vida que se pretende

instituir “em nome de uma suposta cultura e de uns proclamados interesses gerais da sociedade.”

Ampliando o crivo à ofensiva neoliberal, na seção *Resenhas Críticas*, Maria Carmem S. Barbosa e Jaqueline Moll percorrem o texto, as vinhetas gráficas e outros recursos retóricos, presentes nos dois livros de Cosete Ramos — uma das disseminadoras do projeto de Qualidade Total na Educação em nosso país — com o objetivo de trazer para a discussão de docentes e pesquisadores/as uma análise das estratégias e do discurso apresentados nessas obras.

Ao compor esse número de *Educação & Realidade* não foi difícil perceber que, de certa forma, e desde diversificados campos de discussão, a temática que colocamos em destaque reaparece nos estudos de outras autoras e autores. É assim que, muito oportunamente, Maria Alice Nogueira chama a atenção para a forma diferenciada com que as famílias da classe média se relacionam com a escola, adicionando a esse vínculo todo o conjunto de capitais simbólicos e econômicos que habilitam seus filhos e filhas a “responder com mais eficácia às exigências da escola” em comparação com os/as das classes populares. O artigo, ao focar tal tema, constitui-se em mais um argumento a se contrapor às supostas virtudes democráticas da “escola única” ou do “currículo nacional”, propostas tão caras aos projetos neoliberais. Sem se afastar muito dessa problemática, a pesquisa de Marcia Ondina Ferreira constitui importante documento acerca da intolerância étnica vigente em instituição escolar espanhola. As dificuldades na prática do pluralismo cultural e da solidariedade são interpretadas em relação a um contexto escolar e social que ignora e despreza as culturas dominadas, não respeitando a diversidade cultural e, assim, gerando a contestação à escola.

Eduardo Magrone Rodrigues, em artigo que analisa o ensino de 2º grau noturno, chama a atenção, mais uma vez, para as estratégias discriminadoras do processo de escolarização nas sociedades capitalistas. Nestas, o mesmo sistema educacional que foi gradativamente ampliando e assegurando o acesso à escola, constitui-se, internamente, em um sistema socialmente dividido, no qual, por exemplo, o ensino noturno, freqüentado pelas camadas mais desfavorecidas da população, apresenta condições qualitativamente inferiores ao ensino diurno. A escola que se diz igual para todos negligencia o fato de que, ao nível das relações sociais concretas, nem todos são socialmente iguais. Segundo o autor, reafirma-se, assim, o caráter excludente “de um dos mecanismos mais eficazes de seletividade social em funcionamento no país” — o ensino noturno. Também o artigo de Maria Manuela Garcia, ao analisar a trajetória da Didática no Ensino Superior brasileiro, encontra elementos segregadores atuando no interior do sistema educacional embutidos na relação entre posição acadêmica de um conteúdo e o capital simbólico (social e escolar) de seus primeiros docentes. Na Didática atuavam predominantemente professoras com preparo obtido na prática da escola primária e formação obtida na Escola Normal, o que as tornava inferiores aos demais professores — em geral do sexo masculino — possuidores

de diploma de Ensino Superior realizado no exterior ou em conceituadas escolas que preparavam os quadros das profissões liberais nas primeiras décadas desse século em nosso país.

O texto de Zaia Brandão ao discutir o significado político-pedagógico da Escola Nova no Brasil, introduz uma interpretação sobre o caráter desse movimento, partindo do exame das relações entre intelectuais e política. De certa forma, sua análise contribui para a discussão que colocamos em destaque nesse número quando sugere que ao valorizarem demasiadamente as decisões racionais e técnicas os intelectuais participantes daquele movimento favoreceram a subordinação do político ao organizacional (numa concepção em que o organizacional não é político) e anteciparam, de certa forma, uma visão tecnocrática de mudança social.

Ao analisar as trajetórias profissionais dos egressos do Instituto João Pinheiro, Luciano M. de Faria Filho aponta para o caráter produtivo da instituição escolar na construção dessas trajetórias, ressaltando a importância de estudos desse tipo para a história da educação. Por sua vez, Renato Hilário dos Reis, quando apresenta a práxis do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos do Paranoá, discute as repercussões da alfabetização tomada como ato cultural, epistemológico e político e contribui com novos elementos para o debate bastante disseminado em nosso meio sobre a temática da alfabetização.

Finalmente, um artigo traduzido da pesquisadora australiana Jennifer M. Gore nos coloca frente a frente com a questão do poder. Já havíamos aprendido com Foucault uma noção de poder em que este é circular e produtivo, isto é, relações de poder são locais, instáveis, difusas e não provêm apenas de um ponto central. Agora Gore, neste artigo — relato de uma pesquisa observacional — pretende trazer-nos “evidências” de um poder disciplinar que se exerce em vários grupos (escolares ou não) e não é, portanto, privativo de uma certa pedagogia, assim como não se exerce apenas sobre outros/as, mas também sobre cada eu. Sobretudo, o que a autora pretende em sua reflexão inicial sobre dados observacionais da pesquisa que desenvolve é localizar interlocutores/as para um debate (apenas iniciado entre nós) frutífero sobre o potencial das análises de inspiração foucaultiana na compreensão das práticas sociais e institucionais contemporâneas.

Mais uma vez esperamos estar proporcionando aos nossos leitores e leitoras o contato com trabalhos criativos e instigantes que desafiem a produção de novos textos e incentivem o surgimento de novas autoras e autores.

Marisa C. Vorraber Costa